CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

DIÁRIO DA MANHÃ 29/11

"Empresas precisam dar retorno", diz procurador de contas do Estado

"Empresas precisam dar retorno à sociedade goiana", afirma Fernando Carneiro

Welliton Carlos

Fernando Carneiro, procurador de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE), diz que "existem benefícios que se justificam e outros que não se justificam". Pelo olhar do profissional, focado no direito público e na supremacia do interesse público, Fernando diz que as empresas que se beneficiam da Lei nº 13.591/2000, responsável por instituir o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), precisam "devolver" de alguma forma os benefícios que receberam. Ele exemplifica: se uma empresa tem benefícios de R$ 1 bilhão, ela deve "gerar uma atividade maior do que R$ 1 bilhão".

Parece óbvio, até pelo espírito da norma, mas não é o que tem ocorrido com normalidade. O procurador diz que o incentivo fiscal é sempre dado em prol do interesse público, mas nem sempre se constata a finalidade na prática. "Se Goiás teve crescimento com a indústria, tudo bem. Mas e quando isso não acontece?".

DIVULGAÇÃO



Fernando Carneiro: critérios rígidos na definição dos incentivos fiscais

O procurador lembra que a chegada de uma empresa implica também em gastos do governo, em rodovias, sistema de saúde, educação, etc, já que tal evento econômico afeta a vida da comunidade.

Diversos agentes públicos e empreendedores de Goiás têm debatido nos últimos dias até que ponto os incentivos fiscais ofertados pelo Estado surtem efeitos ou se seriam efetivamente justos. Diante da crise financeira, orçamentária, previdenciária e econômica de Goiás, o TCE alertou para que o Estado realize cortes entre 12,5% e 9% nos benefícios fiscais. Conforme orientação da corte, o Governo de Goiás terá que "reduzir a renúncia da receita tributária em, no mínimo, 12,5%, especialmente em cadeias produtivas que tenham menor risco econômico ao Estado, de modo que atenda a eficiência na arrecadação e manutenção do empregos, sem que isso implique, na medida do possível, aumento das alíquotas de produtos".

O futuro governador Ronaldo Caiado (DEM) tem afirmado que é favorável aos benefícios fiscais, mas é certo que diante da crise sejam revistas algumas situações pontuais. Na Assembleia Legislativa de Goiás, o debate se encaminha para uma revisão de cadeias específicas, tendo em vista que o estado é um dos campeões de incentivos fiscais.

DISCURSO

O procurador Fernando Carneiro diz que existe "muito discurso vazio" em torno dos incentivos fiscais. Ou seja, políticos fazem uso da norma para propagandear a chegada de empregos e outros benefícios, mas nem sempre o anunciado se reproduz na realidade. "É preciso maior transparência, que em algumas situações até existe, mas falta é mostrar, de fato, o que se pretende, qual finalidade, quantos empregos serão gerados".

Fernando diz que o próprio estado tem obrigação de mostrar. "A administração tem que revelar o impacto orçamentário. Caso contrário isso fica escondido no orçamento".

BILHÕES

O procurador relata que o "retorno" precisa ser visível. "Não é discurso político, cerca de 30 % a 40 % é renunciado. Algo em torno de R$ 8 bilhões da arrecadação".

Sobre as possíveis ilegalidades que podem constar na atividade de concessão dos benefícios do Produzir, inclusive os ilícitos penais, o procurador de contas afirma que não é de sua competência.

Cabe ao Ministério Público Estadual apurar eventuais crimes que possam ocorrer nas transações e desvios de finalidades que motivam as concessões bilionárias. E tais suspeitas estão em apuração.

Mas Fernando lembra que os casos são mais flagrantes na "receita do que na despesa". Ou seja, de forma hipotética, um modelo 'visível' do desvio do interesse público, é possível conceder benefícios bilionários ao empresário e no exterior o agente público que se beneficiaria da trama venha receber parte do que "aliviou" para o empresário.

Diante de um cenário com esse, diz Fernando Carneiro, sempre quem perde é a população.

O HOJE 29/11

OS cobra dívida milionária

Organização Social informa dívida acima dos R$ 50 milhões, enquanto a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás diz que valores só poderão ser passados no início de dezembro



A Secretaria de Saúde esclarece que não é possível, neste momento, determinar o valor total da dívida com o Instituto Gerir

THIAGO COSTA

Instituto Gerir, Organização Social que até o dia 27 estava responsável pelo Hospital Estadual de Urgências de Goiânia Dr. Valdemiro Cruz (Hugo) e do Hospital Estadual de Urgências de Trindade Walda Ferreira dos Santos (Hutrin) encerrou suas atividades nas unidades e afirma dívida de mais de R$ 50 milhões e exige, pelo menos, R$ 21 milhões. A administração do Estado recusou a pagar os valores com a justificativa de "descumprimento de metas por parte da OS", como anunciou o Ministério Público em setembro desde ano quando aconselhou o que o Estado voltasse a administrar as unidades.

Nossa equipe de reportagem esteve no local onde funcionava a Organização Social Instituto Gerir, porém ninguém foi encontrado. Ligamos nos telefones de contato disponíveis junto ao endereço encontrado pela internet, procuramos informações em empresas próximas e constatamos que há aproximadamente dois meses, do dia para a noite, de acordo com funcionários de empresas que ficam nas redondezas de onde estava instalada o Instituto Gerir, a empresa encerrou suas atividades no imóvel que atualmente tem uma placa de "Vende-se", no local, na Rua 89 - St. Sul, Goiânia – GO.

Em outubro o Instituto Gerir informou à imprensa que a decisão foi tomada após atrasos de pagamento, que, de acordo com a O.S, fez com que faltasse o básico para os atendimentos. A decisão foi tomada por conta dos "atrasos recorrentes de pagamento e déficits constantes, que resultam em falta de recursos materiais e humanos para que a organização social continue prestando o trabalho de excelência".

Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) esclarece que não é possível, neste momento, determinar o valor total da dívida com o Instituto Gerir. A apuração desses valores será concluída até os primeiros dias do próximo mês de dezembro.

De acordo com a nota, os cálculos dependerão de uma série de avaliações e encontro de contas entre as duas partes. "Vale ressaltar que o contrato com a OS foi encerrado anteontem, e ainda estamos dentro do mês corrente. Concluindo-se todas essas etapas, nos prazos de execuções previstas no contrato e na legislação, a SES terá condições de informar, no Portal da Transparência, os valores da dívida com a Gerir, para o conhecimento de toda a sociedade", diz a nota.

A SES garante, todavia, que não haverá prejuízo no atendimento dos pacientes, pois os novos institutos que assumiram o Hugo e o Hutrin, respectivamente, o Haver e CEM, vão garantir equipes profissionais e insumos, superando, assim, as deficiências surgidas nos últimos dias nas duas unidades de saúde estaduais.

Rompimento

Em setembro deste ano a promotora de Justiça Fabiana Lemes Zamalloa do Prado recomendou ao secretário estadual de Saúde, Leonardo Vilela, a rescisão do contrato de gestão do Estado com a organização social Gerir, que faz a gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) e do Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin). Ela pediu ainda que o Estado reassumisse imediatamente os serviços das duas unidades de saúde, com a adoção das medidas necessárias a evitar a interrupção dos serviços.

Conforme aponta a promotora, a Gerir descumpriu as obrigações legais e contratuais dos Contratos de Gestão nº 64/2012 e nº 1/2014, previstas na Lei nº 15.503/2005 (conhecida como Lei das OSs). Segundo aponta, ao longo da execução contratual, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) realizou diversas inspeções nos dois hospitais para verificar o adequado cumprimento das cláusulas contratuais, bem como a adequação da gestão dos recursos públicos pela organização social.

Ocorre que, nas diversas inspeções realizadas, várias irregularidades foram detectadas em razão do descumprimento de cláusulas do contrato de gestão, assim como disposições da Lei nº 15.503, indicando a má gestão dos recursos públicos por parte da OS, bem como irregularidades nos procedimentos de fiscalização e gestão por parte da Secretaria de Estado da Saúde, com indicativo de dano ao erário. Na recomendação é acrescentado que várias diligências foram realizadas pela Promotora de Justiça, as quais complementaram ou confirmaram as constatações da CGE.

O POPULAR 29/11

Da apresentação à sanção, tramitação durou 7 dias

LICENÇA-PRÊMIO DE JUÍZES Nenhum dos três Poderes esclareceu o impacto financeiro e qual a data de validade do benefício; lei foi sancionada ontem pelo governador José Eliton (PSDB)

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Douglas Schinatto



Francisco Oliveira (PSDB), líder do Governo na Assembleia: agradecimento especial da Asmego "por abraço à causa"

A licença-prêmio aos magistrados goianos será lei a partir de hoje, mas nenhum dos três Poderes esclareceu ontem o impacto financeiro e qual a data de validade do benefício. O governador José Eliton (PSDB) sancionou a lei após duas reuniões com juízes e desembargadores que defenderam a simetria com outras carreiras jurídicas e garantiram haver recursos para os pagamentos. No entanto, não houve divulgação de valores.

Da apresentação da proposta na Assembleia Legislativa de Goiás, por meio de emenda, até a sanção foram apenas sete dias, em tramitação marcada por sigilo e falta de informações detalhadas.

A emenda, apresentada pelo deputado Francisco Oliveira (PSDB), líder do Governo no Legislativo, abre brecha para a retroatividade de 20 anos ao pagamento, mas não é clara neste sentido.

O POPULAR questionou o Executivo, Legislativo e Judiciário sobre os valores e possibilidade de retroatividade, mas não houve respostas. A assessoria do governador José Eliton afirmou não ter detalhes sobre os dados apresentados pelos magistrados. O Legislativo diz apenas que trata-se de simetria e que os valores estão contemplados no Orçamento do Judiciário para o ano que vem.

O TJ-GO afirmou que "não há como precisar o impacto financeiro, uma vez que caberá a cada magistrado optar se goza o benefício, se acumula em dobro como tempo para aposentadoria ou, por fim, se deseja recebê-lo em pecúnia". "Neste último caso, ressalta-se que ele só será concedido mediante a conveniência da administração do Judiciário, ou seja, se houver orçamento", completa.

> *"Estamos afastando as convicções pessoais e os interesses objetivos na matéria"*
>
> **José Eliton (PSDB), governador, por meio da assessoria**

Questionada sobre a retroatividade, a direção do tribunal informou que "como o Poder Judiciário não foi o responsável pela inclusão da emenda, ainda não foram realizados estudos nesse sentido".

A Associação dos Magistrados de Goiás (Asmego), que articulou a emenda no Legislativo, também foi procurada, mas apenas divulgou uma nota em que não aborda os questionamentos apresentados e defende o que chama de "Lei da Simetria". A nota faz agradecimentos a Francisco Oliveira e ao deputado Jean Carlo (PSDB), relator do projeto original do TJ-GO, que, segundo a entidade, "após perceberem a situação ilógica e de extrema injustiça, abraçaram a causa da magistratura quanto à simetria àqueles que diariamente atendem os cidadãos nos Fóruns de diversas Comarcas do Estado de Goiás, dando sustentabilidade ao sistema Democrático e assegurando o exercício da cidadania".

A nova regra estabelece que, a cada cinco anos de efetivo e ininterrupto exercício, devidamente comprovados, o juiz terá direito a três meses de licença prêmio, recebendo a remuneração do cargo. Se houver caráter retroativo, será possível conceder as licenças para aos magistrados que tiveram o direito acumulado desde 1998, com a sanção da lei que favorece os membros do Ministério Público de Goiás.

A nota da Asmego afirma que o texto da lei não trata de retroatividade, mas também não detalha a partir de quando serão contados os cinco anos.

Diante dos questionamentos sobre a falta de transparência na tramitação e a iniciativa de emenda parlamentar, a nota da Asmego diz que "o ambiente adequado e estabelecido em lei para discussão das questões da sociedade é o parlamento, e assim foi feito pela nobre Casa Legislativa do Estado de Goiás".

Participaram das reuniões com o governador 42 juízes, o presidente da Asmego Wilton Muller, e sete desembargadores.

O governador José Eliton afirmou que "todos os pontos ratificavam a legitimidade do pleito". "Estamos afastando as convicções pessoais e os interesses objetivos na matéria. O que estamos tratando é uma questão relacionada ao conceito de Justiça. A magistratura sempre exerceu um trabalho de extrema importância para os indivíduos e a sociedade, seja para soluções de conflitos individuais ou grandes demandas que envolvam o interesse da sociedade e o fortalecimento do estado democrático", afirmou o tucano, segundo informações da assessoria. "Trabalhamos pelo fortalecimento da magistratura, porque eu tenho a visão clara de que a magistratura forte, independente, significa o estado democrático na sua acepção maior", completou.

CRÉDITO

O governador baixou decreto orçamentário ontem com abertura de crédito suplementar de R$ 163,5 milhões para despesas com pessoal do TJ-GO. O Executivo não deu informações sobre o decreto. O tribunal afirmou que o crédito será para cumprir o termo de cooperação técnica celebrado entre os Poderes do Estado de Goiás e os órgãos governamentais com a finalidade de atender a centralização da gestão do regime próprio de previdência dos servidores públicos do estado de Goiás vinculados à Goiasprev.

Caiado evita comentar aprovação de lei

O governador eleito Ronaldo Caiado (DEM), que defendeu durante a campanha eleitoral que não havia condições financeiras do Estado para concessão de mais benefício aos magistrados, não comentou a aprovação da lei que garante licença-prêmio aos membros do Judiciário. Caiado está na Inglaterra, onde participa de evento de gestão e educação promovido pela Fundação Lemann, mas mantém contato frequente com assessores e a equipe de transição. Ontem, no entanto, ele não atendeu o celular e a assessoria de imprensa disse que não conseguiu contato.

A reportagem também tentou ouvir o coordenador da transição, senador Wilder Morais (DEM), e aliados do governador, mas ninguém respondeu aos questionamentos.

Nenhum dos deputados aliados de Caiado votou contra ou contestou o projeto em plenário (*leia na página 5*).

O governador se manifestou nas redes sociais contra o reajuste de 16% concedido aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e que provocará efeito cascata nos Estados.

Em julho, quando o TJ-GO ensaiou enviar o projeto de lei à Assembleia e provocou polêmica, Caiado disse ao POPULAR que "o contexto de crise e que não permite a concessão de licença-prêmio". "Primeiro porque a lei orgânica da magistratura já contempla o juiz com uma situação funcional diferenciada, colocando-o à altura da nobre função que exerce (...). Sabemos ainda que tais licenças em sua maioria não são gozadas, mas indenizadas quando da aposentadoria. O custo é altíssimo. E o quadro fiscal de Goiás, infelizmente, é grave (...). Nossa prioridade será o professor, o policial, o profissional de saúde. À medida que recuperarmos as finanças, poderemos avançar em outras áreas", afirmou o então candidato. (Fabiana Pulcineli)

> *"(...) a lei orgânica da magistratura já contempla o juiz com uma situação funcional diferenciada"*
>
> **Ronaldo Caiado (DEM), governador eleito, durante campanha eleitoral**

O POPULAR 29/11

Caiadistas defendem licença

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

Apesar de, durante a campanha, o governador eleito Ronaldo Caiado (DEM) ter se posicionado contrário à licença-prêmio para juízes, deputados ligados a ele votaram em peso favoráveis à proposta na Assembleia Legislativa. No entendimento geral, como o texto da emenda aditiva não menciona retroatividade, não haveria grande impacto financeiro para o Estado.

Outro argumento dos caiadistas e dos deputados em geral é a simetria entre as carreiras de servidores públicos. Esta, aliás, é a justificativa apresentada pelos próprios magistrados para pleitearem o benefício. Na prática, a emenda aditiva do líder do Governo, Francisco Oliveira (PSDB), aprovada na terça-feira (27), estende aos juízes dispositivos das leis complementares 25 e 130, que tratam do benefício para membros do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) e da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Para Major Araújo (PRP), Caiado se posicionara contrário ao projeto porque, quando foi discutido pela primeira vez, em julho deste ano, envolvia a retroatividade. "O que houve naquele momento é que estava havendo não só a aprovação da licença, mas o que oneraria tanto o Estado, de forma escandalosa, que gerou comoção e preocupação, foi a retroatividade", pontuou o parlamentar.

"Naquele momento, o próprio Judiciário recuou e instituiu apenas a licença-prêmio, que é direito de todos os servidores públicos. E diante desse recuo e dessa revisão é que nós apoiamos esse projeto."

Nos termos em que foi aprovado, acredita ele, não deve haver brechas para o pagamento retroativo. "O texto é claro, ele não garante a retroatividade. A instituição da licença é a partir de agora, não há interpretação diferente, o texto garante a licença inclusive com direito do ressarcimento. Mas diz que a lei entra em vigor na data da sua publicação. Ela passa a gerar efeito a partir da publicação, não há nenhuma confusão", avaliou.

> *"O texto é claro, ele não garante a retroatividade. A instituição da licença é a partir de agora, não há interpretação diferente"*
>
> **Major Araújo (PRP), deputado estadual**

Major Araújo admitiu, ainda, que o processo não foi transparente e disse que a aprovação "não deveria ocorrer através de emenda", mas afirmou que não é contrário ao benefício. "Seria hipocrisia minha, sou policial militar, tenho direito à licença. Sempre defendi servidores públicos, o Judiciário tem orçamento próprio e é um direito."

Mesmo o futuro vice-governador e deputado Lincoln Tejota (PROS), interessado diretamente na condição financeira do Estado, afirmou que o Judiciário tem orçamento próprio e, portanto, é responsável por decidir como usá-lo. Ainda assim, ele admite que concessão de benefícios, no cenário atual, pode gerar desgastes.

"Nós sabemos que os poderes são autônomos, existe a independência, e o Judiciário sabe o que faz do próprio Judiciário. A gente sabe que vive um momento onde falar em aumento de gastos com a população é delicado, então acredito que cabe ao Judiciário hoje fazer a análise", opinou ele. "Se eles querem comprar essa briga, têm orçamento próprio."

Douglas Schinatto



Lincoln Tejota (PROS), futuro vice-governador: "Orçamento próprio para briga"

EXTRATO

Como a votação não foi nominal, não é possível saber exatamente como cada parlamentar votou, mas estavam presentes da sessão 34 deputados. Diego Sorgatto e Nédio Leite, ambos do PSDB, faltaram; Adriana Accorsi (PT), Henrique Arantes (PTB), Iso Moreira (DEM), Karlos Cabral (PDT) e Marquinhos Palmerston (PSDB) justificaram as respectivas ausências. A ata da sessão, em que são registrados eventuais votos contrários, ainda não foi disponibilizada no Portal da Transparência.

O POPULAR 29/11

Créditos outorgados no alvo

ASSEMBLEIA Substitutivo a projeto de convalidação dos incentivos deve ser aprovado hoje em primeira votação

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

A maior parte da redução aos incentivos fiscais a ser votada na Assembleia Legislativa hoje será em créditos outorgados de ICMS, aqueles que podem ser compensados pelo contribuinte com o débito do imposto referente às suas operações. O valor previsto em créditos desse tipo para 2019 chega a R$ 3,69 bilhões e a proposta prevê redução superior a 50% nos valores de alguns dos créditos.

O relatório, feito pelo deputado Lívio Luciano (Podemos) em substituição ao projeto de convalidação dos incentivos enviado pelo governador José Eliton (PSDB), prevê modificação em sete leis sobre os créditos outorgados e relacionadas ao menos a nove segmentos.

O primeiro é o grupo econômico (conjunto de duas ou mais empresas, ligadas por integração, que produzam e distribuam, no mínimo, cinco diferentes tipos de mercadorias e que apresentem submissão societária), em operações interestaduais e internas. Nenhuma tem limite de créditos pela lei. A proposta é que o primeiro tipo de operação tenha o limite de 7,5% e o segundo, de 6%.

O segundo segmento é o de arroz e feijão, que atualmente conta com teto de créditos de 7% e pode passar a ter 5%. Para os demais produtos agrícolas, que também têm 7% de limite, o teto passará a ser de 4%. No caso de frigoríficos ou abatedouros de bovinos e bubalinos, o limite deve sair dos atuais 9% para 6,7%. Já o grupo de laticínios com operação interestadual e leite utilizado como matéria-prima, sairá de 7% para 5,25%.

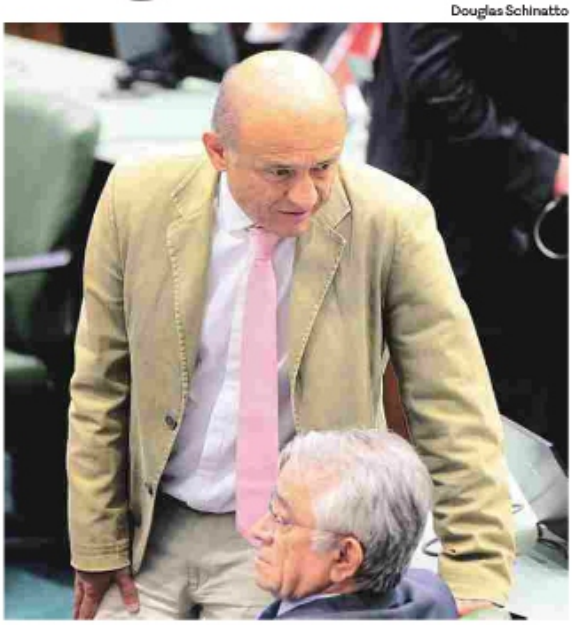
As indústrias do setor alcooleiro enquadrados nos programas Fomentar ou Produzir, que não têm limite de créditos outorgados definido por lei, passarão a ter 30% de teto sobre o saldo devedor do valor do ICMS.

As maiores reduções, porém, estão no setor de indústrias de veículo automotor beneficiárias do Produzir e do Fomentar. Aquelas que recebem benefícios dos dois programas e atualmente tem 98% de limite de créditos, passarão a ter 85% (sobre o saldo devedor do valor de ICMS de mercadorias não abrigadas pelos programas).

Já as que se beneficiam apenas do Produzir e têm 92,6% de limite, terão 44,44% sobre o valor da parcela não incentivada do imposto correspondente à saída de veículos e suas peças. Por último, nesse grupo, as indústrias automobilísticas beneficiárias do Fomentar que têm 93,3% de teto, passarão a ter 50% sobre o valor da parcela não incentivada do imposto de saída de veículos e suas peças.

O último segmento é das empresas operadoras de logística. São três tipos: as com agenciamento de cargas e armazenamento de mercadorias (passa de 50% para 25% sobre o saldo devedor de ICMS); as que operem cumulativamente em logística, transporte rodoviário ou aéreo e agencie e armazene mercadorias (passa de 73% para 36%); e as que acumulem operações com recolhimento de ICMS superior a R$ 900 mil/mês (passa de 80% para 40%).

Douglas Schinatto



Deputado Lívio Luciano (Podemos), relator da nova proposta para incentivos

JUSTIFICATIVA

O relatório de Lívio Luciano argumenta que a maior parte dos créditos outorgados não estabelecem, "salvo raras exceções, compromissos ou contrapartidas empresariais voltadas à realização de investimentos ou geração de emprego e renda" e que "o lado mais evidente desta política foi a perda da receita estadual."

A justificativa para a redução é que a proposta atenuará "o déficit orçamentário do Estado" e deve proporcionar "condições para a recuperação da sua capacidade financeira para honrar obrigações e realizar investimentos necessários ao bem estar da população."

No texto, o deputado aponta ainda que o orçamento de 2019 prevê investimentos de R$ 807,5 milhões, valor inferior a menos da metade "do que empenhado até o 4º bimestre de 2018". "Os investimentos em relação ao volume dos créditos outorgados representam tão somente 22% dessa renúncia, prevista para 2019", diz o texto.

A Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial) deve endurecer o discurso em relação ao projeto hoje e caladistas afirmam que o acordo é que a aprovação só seja feita após reunião final de Caiado com o setor produtivo, na segunda-feira (3).

Orçamento impositivo deve ser aprovado

Após acordo entre deputados e o governo eleito, deve ser aprovada, hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a modificação do orçamento impositivo que permitirá redução dos atuais 1,2% da arrecadação dedicado a emendas parlamentares para um escalonamento, que começará em 0,5% e terminará em 0,8%, em 2022. Se aprovado, os 0,5% garantirão cerca de R$ 3,2 milhões para que cada um dos 41 deputados apresente emendas para 2019. Isto é, mesmo quem não foi reeleito terá direito às emendas, visto que devem ser apresentadas ainda neste ano. O acordo é fruto de articulação do presidente da Casa, José Vitti (PSDB), e do ex-deputado Samuel Belchior (MDB), um dos principais aliados do governador eleito, Ronaldo Caiado (DEM). A mudança será feita via emenda de Simeyzon Silveira (PSD) na PEC apresentada pelo deputado Bruno Peixoto (MDB) e que começa a tramitar hoje na Casa. Até a noite de ontem, a emenda de Simeyzon já havia recebido 28 assinaturas, indicando que será aprovada em plenário, onde 25 votos são necessários para aprovação. Pelo texto, 100% das emendas deve ser destinada à área da saúde em 2019 e 2020, preferencialmente para custeio e não investimento, e para saúde e educação nos anos seguintes. Grupo liderado por Hélio de Sousa (PSDB), porém, pretende apresentar proposta diferente, iniciando o escalonamento em 0,8%.

O POPULAR 29/11

Deputados aprovam lei que modifica graduações da PM

SEGURANÇA PÚBLICA Projeto de autoria do governo de Goiás reduz a quantidade de posições hierárquicas superiores. Medida contraria associação da categoria

Redistribuição

O remanejamento foi proposto, inicialmente, para aumentar o número do efetivo policial e disponibilizar novas vagas.

GRADUAÇÃO	QUANTIDADE ATUAL	QUANTIDADE FUTURA
Cabo	4.975	3.600
Soldado 1ª classe	8.334	6.034
Soldado 2ª classe	3.000	4.675
Soldado 3ª classe	2.500	4.500
TOTAL	**18.809**	**18.809**

Fonte: Governadoria do Estado de Goiás

Fabiana Sousa
fabiana.sousa@opopular.com.br

O projeto de lei de autoria do governo do Estado, que tem como objetivo alterar o manejo de vagas dentro da Polícia Militar de Goiás (PM-GO) foi aprovado em segunda votação na última terça-feira (27) na Assembleia Legislativa. A nova lei estabelece a criação de duas mil vagas para Soldado de 3ª Classe por meio da diminuição das graduações de Soldado de 1ª Classe e Cabo. Embora o documento afirme se tratar de "um mero remanejamento de vagas", as mudanças têm causado polêmicas.

O deputado estadual Major Araújo (PRP) diz ser "totalmente contra" a mudança. "Essa lei é um tiro de 12 na carreira dos PMs", afirma. "Isso precariza a polícia e não resolve o problema financeiro do Estado". O documento foi proposto e assinado pelo ex-governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), em março deste ano. Segundo Araújo, a maneira do atual governo se redimir sobre a proposta é vetar a lei. "Essa lei já nasceu morta e vai destruir a carreira dos Praças", alerta. De acordo com ele, a lei foi criada, inicialmente, para abrir vagas para um concurso da PM que aconteceria ainda este ano. "O governo já tinha desistido, até porque não dá tempo mais. Criar um concurso para o outro pagar?", questiona.

As mudanças propõem a redução no quantitativo de vagas de Cabo em 1.375 mil unidades (de 4.975 para 3.600); já na graduação de Soldado de 1ª Classe, a queda será de 2.300 (de 8.334 para 6.034). Já a 2ª Classe terá acréscimo de 1.675 vagas (de 3 mil para 4.675) e a 3ª de duas mil vagas (*veja quadro*).

O presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de Goiás (ACSPM), sargento Gilberto Lima, acredita que esta mudança não deveria acontecer. "A redução foi muito grande. Poderia ser menor", afirma. E, sobre o aumento no efetivo de Praças 3ª Classe a partir da diminuição de outras graduações, ele salienta a velha polêmica discutida sobre a criação da categoria. "Não poderia nem existir isso de 3ª Classe. Isso só serve para desvalorizar", pontua. "Tem que ser aluno soldado enquanto está na academia. Formou, é soldado. Pronto. Dessa maneira que está sendo feita só desvaloriza o profissional". Segundo ele, Goiás tem, hoje, um dos piores salários para soldados do País. "Sou contra essa redução de vagas. Totalmente. Não precisava fazer isso e nem alterar nossa lei de Praça".

> *"Tem que ser aluno soldado enquanto está na academia. Formou, é soldado. Pronto. Dessa maneira que está sendo feita só desvaloriza o profissional"*
>
> **Gilberto Lima, presidente da ACSPM**

DIÁLOGO

Lima garante também que chegou a procurar o governador do Goiás, José Eliton (PSDB), para discutir a proposta. "O que eu ouvi é que o Estado precisava mexer, porque o impacto na folha estava muito alto", afirma.

A reportagem procurou a assessoria do governo de Goiás e foi orientada a falar com o secretário de segurança pública, Irapuan Costa Júnior; contudo, foi informada pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) que o "o secretário não comenta esse tipo de assunto". A secretaria se limitou a dizer que "o projeto de reestruturação tem como objetivo atender melhor a população".

HIERARQUIA

A 3ª Classe foi criada pelo então governador de Goiás, Marconi Perillo, por meio de um concurso para 2,5 mil vagas, realizado em 2016. Com as mudanças, foi preciso alterar a legislação e reestruturar a categoria, uma vez que, anteriormente, era exigido curso superior para os cargos e, com as mudanças, a única exigência passou a ser o nível médio completo.

Aceitar candidatos de nível médio, de acordo com governo tucano da época, abriria o leque para interessados e possibilitaria que o Estado arcasse com os salários. O soldado 3ª Classe só pode subir na carreira após cinco anos e com a conclusão de um curso superior. A exigência do período, segundo edital, foi pensada para que o policial consiga terminar o curso superior.

O deputado estadual Major Araújo, acha a exigência desleal com os profissionais. "Pela lei, você já tem que ficar 11 anos como soldado. Tirando essas vagas como estão fazendo, o cara vai ficar chupando dedo por pelo menos mais três anos", diz.

Já para o sargento Lima, "o governo sente que na base tem um efetivo grande e que não tem essa necessidade de aumentar as vagas de promoção", o que para ele, também é um equívoco.

O POPULAR 29/11

OS que administra o Hutrin é investigada pelo MP de São Paulo

PASSADO Hospital de Urgências de Trindade começou a ser gerido esta semana por instituto que teve contrato rescindido após suspeita de irregularidades

Thalya Alcântara
thalya.alcantara@opopular.com.br

O Instituto Centro Hospitalar de Atenção e Emergências Médicas (CEM) é investigado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) por suspeita de fraude. O CEM é a organização social que começou a administrar o Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin), na Região Metropolitana de Goiânia, na última terça-feira (27), em contrato emergencial de 180 dias e R$ 2,2 milhões mensais. A OS que administrava o Hutrin, o Instituto Gerir, pediu a rescisão do contrato com o Estado alegando atrasos em repasses financeiros.

Em fevereiro deste ano, o Instituto CEM ganhou o processo seletivo para administrar a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Santa Luzia, em Ribeirão Pires, município com cerca de 80 mil habitantes na Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, o contrato de R$ 10,2 milhões mensais foi alvo de uma denúncia anônima no MP-SP, que passou a investigar a relação da OS com gestores da prefeitura da cidade. O CEM acabou sendo descredenciado como organização social a nível municipal e, em junho, o contrato com a Prefeitura para a gestão da UPA foi rescindido unilateralmente.

O caso da OS chegou a ser citado no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), que investiga organizações sociais, conhecida como CPI das OSs. No documento, Ribeirão Pires é apontado como um exemplo de "tentativa de práticas irregulares no processo de contratação e execução dos contratos" em relação ao CEM.

Antes da rescisão, a própria Secretaria Municipal de Saúde e Higiene de Ribeirão Pires disse que foi constatada "possível inconsistência nos dados cadastrais do Presidente do Conselho de Administração (da OS), causando dúvidas quanto a sua identidade/idoneidade". A afirmação é dita no trecho de um decreto de intervenção na UPA em abril, que nomeou a secretária adjunta de Saúde da cidade como interventora na unidade.

Por nota, o MP-SP informou que o procedimento que investiga a prefeitura de Ribeirão Pires e o Instituto CEM é sigiloso. Segundo a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, que informa a abertura do inquérito no Ministério Público, o assunto do processo é improbidade administrativa, enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e violação de princípios.

Procurado pela reportagem, o Instituto CEM declarou que as investigações estão sendo conduzidas com toda lisura e dentro do devido processo legal pelo Ministério Público. A OS garante que todas as demandas desse inquérito serão respondidas na esfera legal competente. "A idoneidade do Instituto CEM foi atestada pelo fato de ter sido avaliada e convidada pelo Estado de Goiás para fazer a gestão de uma unidade de saúde pública da importância do Hutrin", diz trecho de resposta enviada.

Questionada pela reportagem, a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) informou que não tinha conhecimento da investigação do MP-SP. "No entanto, destaca que a OS passou por processo de qualificação e teve parecer favorável da Casa Civil, sendo declarada qualificada. Dessa forma, a SES levou o decreto de qualificação como indicativo de idoneidade da instituição", diz trecho de nota enviada pela pasta. O Instituto CEM foi qualificado como OS em Goiás em março de 2018.

A reportagem entrou em contato com a Prefeitura de Ribeirão Pires, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Fábio Lima



Servidores do Hutrin denunciam a falta de medicamentos e de médicos

> *"Constatamos a tentativa de práticas irregulares no processo de contratação e execução dos contratos"*
>
> **Relatório final da CPI das OSs**

SITUAÇÃO

O Instituto CEM começou a administrar o Hutrin à meia-noite da última terça-feira. A OS pega o hospital em situação precária. Servidores denunciam a falta de medicamentos e equipamentos, salários atrasados, ao ponto da unidade ficar sem médicos e de portas fechadas. Apenas 30% da lavanderia funcionava na última semana.

Segundo a OS que administrava o Hutrin, o Instituto Gerir, o motivo da falta de pagamentos é a falta de repasses do Estado. De acordo com o site da transparência do Governo Estadual, nenhum repasse foi realizado no mês de outubro. A SES-GO informa que o valor de R$ 2,1 milhões chegou a ser liquidado, mas foi anulado "para a realização dos ajustes financeiros do contrato". Já para o Gerir, "trata-se de um valor que deveria ter sido repassado ao Gerir e que foi indevidamente suspenso".

Além do Hutrin, o Instituto Gerir também rescindiu o contrato com o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) sob a mesma alegação de falta de repasses. A unidade, principal do Estado, começou a ser administrada pela organização social Instituto Haver também nesta semana.

Em setembro, o Hugo chegou a ter que diminuir o ritmo de internações, após vistoria da Superintendência Regional do Trabalho, que constatou a falta de mais de 100 medicamentos no almoxarifado da unidade, entre eles antibióticos.